

Comparativo entre as Agroindústrias Familiares do Estado de Santa Catarina e as de São Lourenço do Sul - RS

**ANDERSSON, Norberto Luiz Marques¹; FERREIRA, Mauro Fernando²;
GOMEZ, Mário Conill³**

¹Engenheiro Agrícola e Agrônomo, Doutorando no Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da FAEM/UFPEL- e-mail norbertoan@ibest.com.br

² Orientador, Doutor Professor no Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da FAEM/UFPEL – e-mail maurofernandoferreira@yahoo.com.br

³ Co-orientador, Doutor Professor no Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da FAEM/UFPEL – e-mail mconill@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina (SC) apresenta elevada concentração de áreas utilizadas pela agricultura familiar, onde a Agroindústria Familiar é alternativa para a fixação de mão de obra no meio rural. Conforme CONCEIÇÃO (2002), as agroindústrias familiares deste estado, diversificam suas explorações, principalmente na produção de pequenos animais (suínos e aves), na produção de leite, na produção de grãos para a alimentação básica familiar e das criações, bem como na produção de hortifrutigranjeiros. Entretanto 85% das agroindústrias familiares operam sem registro, 54% a matéria prima é de origem animal e 42% de origem vegetal, 60% a matéria prima é produzida na própria propriedade, o acesso ao crédito é uma dificuldade para conduzir o empreendimento, bem como obtenção de registro, adequação da legislação e assistência técnica. Segundo MIOR (2008), a transformação da atividade de processamento de alimentos em agroindústria familiar rural de Santa Catarina, vem acompanhada da internalização dos aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública.

Também, no Rio Grande do Sul (RS) esta configuração é bastante forte. No município de São Lourenço do Sul (RS), este modo de trabalho procura através da agroindustrialização, diversificar a produção primária e agregar valor socioeconômico, ambiental e cultural, no produto a ser processado e disponibilizado para o mercado. Também SULZBACHER (2009), concorda quando diz que não há como negar que a geração de emprego e renda como indicador do impacto positivo da agroindústria familiar, está ligado a construção fundamentada em valores econômicos que norteiam este processo de desenvolvimento, mas faz-se necessário extrapolar esta perspectiva e considerar os fatores sociais como relevantes e essenciais na promoção de estratégias, considerando os interesses da população envolvida.

Verificar os pontos de estrangulamento deste processo, trazendo informações pertinentes ao assunto, e disponibilizando para os órgãos públicos, ao fazer uma breve comparação entre as agroindústrias de Santa Catarina e as de São Lourenço do Sul, vem a ser oportuno, principalmente pela relação direta com a preocupação dos mais idosos em disponibilizar abertura de trabalho dentro de sua área agrícola para seus sucessores, entre eles filhos e filhas.

Em primeiro lugar a origem da matéria prima é importante, visto que se for processada na propriedade é uma preocupação menor com relação a ter que adquiri-la. Também como alternativa, poderá ser instituída uma rede com os vizinhos, para a produção da matéria prima a ser processada. Deste modo o

produto final ficará garantido. O mercado deve apresentar sensibilidade ao fornecimento dos produtos processados, se possível apresentar fidelidade na aquisição, o que poderá acontecer através de um selo de procedência que caracterize a origem deste produto. Quanto ao registro destes empreendimentos, o poder público deve ser parceiro a esta demanda através de uma atuação mais estreita, realizando o cadastramento destes agricultores familiares. Com a legalização de sua agroindústria fornece garantias ao agricultor familiar que terá condição de reinvestir na propriedade e reconduzir os mais jovens à continuidade do trabalho na propriedade.

A renovação no meio rural poderá acontecer através da herança cultural, de algo que poderá ser repassado, entre gerações, através de alguma receita caseira que seja resgatada pelo modo de saber fazer, reforçada por cursos de processamento, demandados pelos produtores e disponibilizados pelo poder público. De acordo com ANDERSSON (2010) faz-se necessário a realização de cursos aos agricultores familiares no sentido de qualificá-los à instalação e gerenciamento, bem como o poder público deve estimular e facilitar aos agricultores familiares a instalação de agroindústrias familiares.

Com relação às dificuldades de conduzir o empreendimento, estas pessoas deverão mesclar a sua intuição para o trabalho, através de aprimoramento, com relação ao gerenciamento, incentivando este processo ao crescimento e desenvolvimento. A falta de treinamento com ênfase em técnicas de administração é apontada como sendo uma das dificuldades gerenciais enfrentadas pelas agroindústrias, existência de uma forte tendência dos problemas financeiros decorrentes da baixa capacitação gerencial (SANTOS et al., 2006). As principais dificuldades apresentam relação com a falta de informações sobre como e com quem realizar o projeto sanitário e ambiental, bem como a legalização tributária e fiscal, o conhecimento do mercado, acesso a cursos de especialização em processamento, em gerenciamento e administração agroindustrial e acessibilidade a recursos financeiros para implantação do empreendimento apresentam uma relevante preocupação por aqueles que desejam implantar uma agroindústria familiar.

Com relação a facilitar as informações, a colocação de uma pessoa capacitada tecnicamente e com conhecimento sobre todo o processo, poderá ser colocada em um ponto estratégico, dentro das prefeituras municipais, para esclarecimentos relacionados à legalização de projetos em nível municipal. O MANUAL OPERATIVO (2011), do Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo, e do Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento, apresenta preocupação quanto aos critérios de participação no Programa de Agroindústria Familiar Estadual, para isso listou os requisitos necessários para o cadastramento da Agroindústria Familiar no programa:

- Possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – DAP, conforme Lei n° 11.326/2006;
- Receber acompanhamento da assistência técnica oferecida pelo programa;
- Regularizar o Licenciamento sanitário e ambiental do empreendimento;
- Participar do processo de qualificação nas áreas de qualificação nas áreas de legislação, gestão, boas práticas de fabricação e marketing;
- Usar o selo Sabor Gaúcho no rótulo dos produtos;
- Os agricultores devem preferencialmente, pertencer a organizações de agricultores familiares;

Quando a agroindústria for composta por grupo de agricultores: a organização deverá apresentar no mínimo 70% de seus integrantes com DAP, a organização deve realizar gestão participativa e transparente da unidade, com reuniões periódicas de seus membros, o grupo deve utilizar pelo menos 70% da matéria prima produzida pelos seus membros e a agroindústria deve situar-se nas comunidades rurais onde residam os componentes do grupo, ou próximo a elas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O diagnóstico foi realizado através da análise de documentos sobre licenciamentos ambientais e sanitários das agroindústrias do município de São Lourenço do Sul (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAMA), assim como aplicado questionários em dezesseis agroindústrias com perguntas abertas e fechadas para obtenção de informações diretamente dos agricultores. Foi realizada além destes dois levantamentos, uma reunião no I Seminário do Programa de Agroindústria familiar do município de São Lourenço do Sul (RS), com setenta agricultores envolvidos visando obter mais dados sobre as suas necessidades. Por ser este um trabalho de natureza qualitativa e exploratória, utilizou-se um estudo de caso, segundo conceito formulado por ANDRÉ (1984), sendo esta uma forma de observação do contexto vivenciado pelos atores envolvidos no processo, pelos agricultores familiares, técnicos, consumidores e agentes do governo que priorizam, através dos princípios da segurança alimentar, a qualidade de vida em todas as suas instâncias

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das visitas realizadas e também da análise dos resultados obtidos no decorrer dos trabalhos, verificou-se que as agroindústrias apresentam a necessidade em focalizar seus esforços no desempenho das atividades específicas da transformação industrial que mais dominam. Para tanto foi solicitado por parte dos agricultores familiares do município: a) Criação dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de um setor específico que centralize as informações necessárias para que o produtor agrícola familiar, caso queira montar um projeto de agroindústria, possa fazê-lo; b) Uma maior divulgação de políticas pública destinada para a agroindústria familiar; c) Criação de um cadastro dos empreendimentos em agroindústria familiar do município e estado; d) Realização de convênios com o órgão estadual de águas (Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN), para análise da água utilizada pelas agroindústrias; e) Realização de reuniões regulares para planejamento de ações conjuntas; f) Criação de um selo de identificação para os produtos agroindustrializados do município; g) Implantação de cursos de formação nos diferentes tipos de processamento, em função das demandas solicitadas pelos produtores agrícolas familiares e cursos de práticas de fabricação.

4. CONCLUSÕES

O método de pesquisa adotado proporcionou a aquisição de informações sobre as agroindústrias familiares do município analisado. Sendo que comparadas com Santa Catarina, no geral existe certa aproximação entre as necessidades levantadas em ambos os casos. Estas informações serão

repassadas à Prefeitura do município de São Lourenço do Sul através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSSON, et al, AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, DO ANONIMATO À LEGALIZAÇÃO. **XX CIC e III Mostra Científica** – UFPEL 2010.

ANDRÉ, Marli. Estudo de caso: seu potencial em educação. In: **Cadernos de pesquisa Fundação Carlos Chagas**: Nº 49, Ed. Cortez, 1984, p. 51-54;

CONCEIÇÃO, O. A. A Pequena Agroindústria Familiar e sua necessidade de informação: Estudo de caso em micro e pequenos empreendimentos rurais. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina**, Florianópolis, Instituto Cepa/SC, 2002. 38 p.

MANUAL OPERATIVO **Programa da Agroindústria Familiar** – Secretaria de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo. Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento. Porto Alegre, Agosto de 2011.

MIOR, L. C. Trajetórias das Agroindústrias Familiares Rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil). **IV Congreso Internacional de La Red Sial, Argentina/Mar del Plata** 27 a 31 de octubre de 2008.

SANTOS, et al. Caracterização de Agroindústrias Familiares localizadas na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1/2, jan/ago 2006.

SULZBACHER et al. Agroindústria Familiar Rural: Caminhos para Estimar Impactos Sociais **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, PP. 1-25